


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0017638-17.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Iracy Moraes Rodrigues da Silva**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Aos 10 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1826/2011

**VISTOS.**

**IRACY MORAES RODRIGUES DA SILVA** ajuizou a presente ação buscando a condenação do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL** ao pagamento de auxílio-acidente a partir do indeferimento administrativo do auxílio-doença, em meados de agosto de 2008.

Aduziu, em síntese, que no mister desempenhado na empresa “Carvalho & Carvalho São Carlos Ltda ME” como auxiliar de cozinha, realizava movimentos repetitivos passando a apresentar síndrome complexa de dor regional e síndrome do manguito rotador. Juntou documentos.

Devidamente citado, o réu apresentou sua contestação às fls. 32 e ss, alegando a ocorrência da prescrição e sustentando que não há incapacidade para o trabalho e a impossibilidade de se estabelecer nexo causal entre a LER e o acidente descrito na inicial. Culminou em pedir a improcedência da ação. Trouxe quesitos para perícia às fls. 40.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Documentos foram carreados pelo INSS às fls. 46/53.

A autora apresentou quesitos às fls. 55/56 e réplica às fls. 57 e ss.

Designada perícia técnica, o laudo pericial foi carreado a fls. 75/78.

Manifestação às partes às fls. 86/88 e 90/91.

As partes foram instadas a produzir provas. A requerente pleiteou perícia técnica no local de trabalho e oitiva de testemunhas e o requerido permaneceu inerte.

O laudo técnico foi complementado a fls. 107.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 120/123 e 124.

É o **RELATÓRIO**.

**Decido.**

A prescrição quinquenal não alcança o próprio direito, mas apenas as prestações vencidas e não reclamadas nos cinco anos, anteriores ao ajuizamento da demanda.

Assim entende o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

**Ementa:** ACIDENTE DO TRABALHO AUXÍLIO-ACIDENTE Lesão nos membros inferiores Nexo causal demonstrado Incapacidade parcial e permanente comprovada Indenização infortunistica devida **Prescrição quinquenal Inexigibilidade das parcelas vencidas**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**que superam o quinquênio anterior à propositura da demanda**

Honorários advocatícios: manutenção do patamar de 15%, consoante a usual e equitativa adoção nas lides acidentárias, com a incidência sobre as parcelas vencidas até a sentença Termo inicial: dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença (art. 86, § 2º, Lei n. 8.213/91) Aplicabilidade da suspensão do auxílio-acidente no período de gozo de auxílio-doença relacionado à mesma moléstia (art. 104, § 6º, do Decreto n. 3.048/99) CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL: observância dos mesmos índices previdenciários aplicados aos benefícios em manutenção JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: juros incidentes desde a concessão do benefício, de forma englobada até a citação, e após, decrescentemente, à razão de 1% ao mês (art. 406 do CC c/c art. 161, § 1º, do CTN), e a correção monetária deverá observar a Lei nº 8.213/91 e alterações posteriores, aplicando-se a ambos, a partir da vigência da Lei n. 11.960/09, o disposto em seu art. 5º, que alterou o art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, considerando-se, entretanto, o julgamento das ADIs nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425, pelo Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal, em relação a seu âmbito de eficácia e respectiva modulação dos efeitos Recursos oficial e autárquico parcialmente providos (Apelação 0002633-19.2011.8.26.0577, DJ 25/02/2014, Rel. Des. Nelson Biazzi - destaquei).

\*\*\*\*

Passo à análise do mérito.

A autora pretende a concessão de auxílio-acidente em decorrência de moléstias que diz ter experimentado no desempenho do mister e, assim tem cunho ocupacional (síndrome complexa de dor regional e síndrome do manguito rotador).

Entretanto, a perícia médica judicial aponta a ausência de elementos idôneos indicativos de relação causal com as condições em que o trabalho era desempenhado.

Ao examinar fisicamente a autora e avaliar a documentação


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

apresentada o louvado oficial notou a ausência de referências a ocorrência de um trauma, ou mesmo microtraumas que pudessem vir a caracterizar a moléstia ocupacional.

É certo que as lesões verificadas na mão direita da autora são permanentes e geram incapacitação parcial.

Todavia, *“não há elementos fáticos contidos nos autos que comprovem o nexo causal com a atividade agressiva exercida pelo paciente”* (textual de fls. 77)

Como se tal não bastasse o vistor realizou vistoria no local de trabalho e nada apurou sobre eventuais condições agressivas.

Referida prova pericial – a única produzida em juízo – em que pese ter sido precisa ao atestar a incapacidade funcional parcial e permanente, negou seu caráter ocupacional, ou seja, **afastou o nexo causal necessário ao deferimento do benefício postulado.**

No sentido do que estou decidindo podem ser citados os seguintes arestos:

Acórdãos nº 135902, do TJSP. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 29 de novembro de 2011. Acidente do trabalho. Hérnia de Disco lombar. Prova técnica suficiente para o deslinde da causa. Conclusão pericial dando conta da inexistência de nexo causal e incapacidade laborativa. Recurso improvido.

**Ementa: RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DO TRABALHO - DIREITO COMUM - AUSÊNCIA DE PROVA DO NEXO CAUSAL - DEMANDA IMPROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO.** "Em sede de ação de acidente do trabalho, pelo direito comum, é ônus do autor a prova do nexo causal, requisito necessário à concessão de indenização (TJSP, apelação 9236370-70.2002.8.26.0000, DJ 28/09/2009, Rel. Artur Marques).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

\*\*\*

Pelo exposto, **REJEITO o pleito inicial.**

Sucumbente, arcará a autora com o pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em R\$ 724,00, além dos honorários do vistor oficial (desembolsados pelo INSS), observando-se a gratuidade decorrente da lei beneficiária.

**P.R.I.**

São Carlos, 15 de abril de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**